



POLÍTICAS DE MEMÓRIA ESCOLAR: notas sobre o caso argentino

SCHOOL MEMORY POLICIES: notes on the argentine case

Diogo Franco Rios¹

Universidade Federal da Bahia

riosdf@ufba.br



Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7498606960275122>



Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8391-5721>

¹ Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana (UFBA/UEFS). Docente do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal da Bahia (IME/UFBA), Salvador, Bahia, Brasil. Av. Milton Santos, s/n, Campus Ondina, CEP: 40170-110. E-mail: riosdf@ufba.br.

RESUMO

Mobilizado por inquietações quanto às políticas públicas de preservação do nosso patrimônio cultural brasileiro, particularmente da memória educacional, busquei conhecer mais de perto a experiência argentina relativa às políticas de memória e de acervo escolar. Como resultado dessa aproximação, discuto como as políticas praticadas nesse país vizinho atribuem importância a esses vestígios para preservação da memória escolar e para a valorização da diversidade sociocultural das comunidades ligadas às instituições escolares. Em contraponto, teço considerações sobre nossas políticas de memória educacional brasileiras que estimulam o descarte de documentos relacionados às práticas de ensino após um curto intervalo de tempo, repercutindo negativamente para a cultura escolar e para as pesquisas que utilizam documentos escolares como fonte.

Palavras-chave: Políticas de Memória Educativa. Arquivos Escolares. Argentina. História da Educação Matemática.

ABSTRACT

Moved by concerns about public policies for the preservation of our Brazilian cultural heritage, particularly educational memory, I sought to learn more about Argentina's experience with memory policies and school collections. As a result, I discuss how this neighboring country's policies attach importance to these vestiges for preserving school memory and valuing the socio-cultural diversity of communities associated with school institutions. In contrast, I consider our Brazilian educational memory policies, which encourage the disposal of documents related to teaching practices after a short period of time, with negative repercussions for school culture and for research that uses school documents as a source.

Keywords: Educational Memory Policies. School Archives. Argentina. History of Mathematics Education.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de problematizar a ausência de políticas públicas de memória educacional no Brasil, especialmente relativas aos vestígios das práticas de ensino e de aprendizagem, apresento algumas reflexões² sobre políticas públicas de memória educacional existentes na Argentina, nosso país vizinho, que tratam o patrimônio cultural escolar de modo muito distinto do brasileiro. No nosso país, admite-se, ou mesmo se orienta um descarte generalizado dos documentos relacionados às práticas de ensino após um curto intervalo de tempo, comprometendo a preservação do acervo de grande parte das instituições escolares.

Ao nos confrontarmos com a experiência argentina, somos convidados a reconhecer a necessidade de uma revisão do sentido que temos dado à preservação dos acervos escolares, e do que se quer guardar a respeito das práticas educativas realizadas no interior das nossas escolas. Reflexões necessárias se quisermos mudar o descarte generalizado e irrefletido dos vestígios referentes a esses aspectos da experiência educacional que temos vivenciado no país.

Ainda que meu interesse em discutir a questão esteja diretamente relacionado com a produção historiográfica em Educação Matemática, meu campo de pesquisa, para o qual os vestígios das práticas educativas ocorridas no interior das instituições escolares têm sido considerados como relevantes, o debate que trago aqui extrapola minha subárea, por interessar a outros campos de pesquisa voltados à experiência escolar, como à História da Educação e à Formação de Professores, quanto supera o valor dos acervos enquanto fontes de pesquisa, uma vez que sua preservação tem importância para a comunidade escolar de maneira mais geral (Vidal, 2005; Rios, 2015).

A elaboração da proposta de conhecer e refletir sobre alternativas e possibilidades de tratamento dos acervos escolares da Argentina foi estimulada por inquietações decorrentes de minha prática de pesquisa em acervos escolares, realizada nos últimos anos, nas quais tenho buscado dialogar com outros pesquisadores da área de História da Educação Matemática.

Entre outras ocasiões em que pude problematizar o tema³, em 2018, participei da mesa-redonda “Arquivos Escolares e Pessoais: desafios e possibilidades para a História da Educação Matemática”, no IV ENAPHEM, em que, junto com as colegas da área, Maria Cecilia Bueno Fischer⁴ e Aparecida Rodrigues Silva Duarte, pudemos discutir a respeito da condição

² Este trabalho resulta de algumas reflexões produzidas no âmbito de um estágio pós doutoral que foi desenvolvido junto à Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina, sob supervisão do professor Dr. Martín Unzué, diretor do Instituto de Investigaciones Gino Germani entre os anos de 2020 e 2021.

³ Sobre o tema, ver: Rios (2015); Rios e Rodrigues (2020); Rios e Moreira (2021).

⁴ Representando Andréia Dalcin.

problemática dos acervos escolares brasileiros e como nós, historiadores da educação matemática, temos nos posicionado frente aos desafios impostos por esse iminente desaparecimento de boa parte dos arquivos institucionais, especialmente aqueles ligados à matemática escolar, durante as nossas práticas de pesquisa.

Esse debate no âmbito da História da Educação Matemática acompanha uma insatisfação já bem conhecida entre historiadores da educação no Brasil que se deparam com a precariedade cotidiana em espaços de guarda de acervos documentais escolares e que se atribui, além de uma falta de *sensibilidadade documentária* (Regazzini, 2001) referentes às práticas educativas, à ausência de

Políticas públicas efetivas em prol do patrimônio escolar [que] passam pela valorização e apoio às instituições de preservação, como os museus e os centros de documentação e memória vinculados ou não às universidades, com destinação de verbas e pessoal qualificado; pela manutenção de programas de preservação de arquivos escolares nas instituições educativas e pelo auxílio às investigações e divulgação desse patrimônio (Souza, 2013, p. 214).

Reconhecendo a ausência de políticas públicas de preservação da memória educativa brasileira, propus como objetivo, durante um estágio de pesquisa, conhecer como funcionam as práticas de manejo, tratamento e conservação dos acervos escolares, tanto documentais quanto orais argentinas, a partir de uma série de visitas de acompanhamento dessas práticas em instituições escolares integradas ao “*Programa Nacional de Archivos Escolares y Museos Históricos*” (PNAEMH), e refletir sobre o funcionamento *in loco* dessa política pública.

Com a realização dessa aproximação, esperava ainda projetar ressonâncias e reverberações desses dispositivos para produção de alternativas de tratamento que não têm sido viáveis no nosso país ante as atuais políticas públicas existentes, ampliando a sensibilidade dos pesquisadores e agentes educacionais quanto à relevância desses vestígios e, possivelmente, produzindo novas tensões para a revisão das políticas públicas vigentes.

No entanto, em função da impossibilidade de ter contato direto com as instituições escolares durante meu período de residência na Argentina, no ano de 2020, em decorrência do COVID-19, não foi possível analisar como o PNAEMH tem sido implementado e tem funcionado no cotidiano de algumas escolas, a partir do diálogo direto com os agentes envolvidos no esforço pela preservação dos vestígios das experiências pedagógicas ali vivenciadas. Assim, apresento reflexões que foram possíveis a partir de uma revisão de documentos e notícias oficiais relativos a alguns projetos e programas que integram as políticas de memória existentes na Argentina, com destaque para o *Programa Nacional de Archivos Escolares y Museos Historicos*, e disponíveis on-line.

1. UMA BREVE REVISÃO: ACERVOS ESCOLARES E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO BRASIL

A mobilização por conhecer experiências diferentes no trato com os vestígios do passado das práticas educativas daquelas ocorridas no interior das escolas brasileiras é ainda resultante de uma dura constatação feita durante minha prática de pesquisa, que se estabelece como efeito da falta dessas políticas públicas de memória escolar no país, e que não difere das constatações de diversos pesquisadores em História da Educação sobre a condição de iminente desaparecimento dos acervos escolares, na maioria dos casos:

Amontoados em porões, debaixo de escadas, em salas apertadas, distribuídos ao acaso em armários e caixas, descuidados e sem interesse, documentos, quase sempre administrativos, além de coleções de instrumentos científicos, livros didáticos, móveis antigos, troféus, medalhas, entre outros objetos, sobrevivem a intempéries, goteiras, condições de insalubridade, falta de identificação, organização e armazenamento adequado na maioria das escolas (Souza, 2013, p. 205).

O descaso em que se encontram os vestígios das práticas educativas está longe de ser um caso isolado de política pública de memória, e as críticas dos pesquisadores do campo dialogam muito de perto com aquelas referentes a políticas públicas de museu e memória no país, que são interpretadas como conflituosas e sujeitas a condições bastante adversas das políticas culturais que, via de regra, apresentam perspectivas pouco socialmente referenciadas e preocupadas com o registro das memórias e história dos grupos populares (Castro & Soares, 2018).

Paralelamente, não se pode ignorar certa abertura, na metade dos anos 2000, para uma concepção de valorização de cultura plural (Castro & Soares, 2018) e para uma revisão, um pouco menos recente, do conceito de patrimônio cultural, que passa a considerar tanto os bens materiais quanto os imateriais, entendidos como compondo o patrimônio intangível (Silva & Orlando, 2019).

Tais mudanças, além daquelas impulsionadas por revisões historiográficas ocorridas no âmbito da História da Educação, especialmente em vertentes associadas à História Cultural, possibilitaram a incorporação de objetos de pesquisa que, ao extrapolarem as análises dos sistemas educativos ou da legislação educacional, passaram a se interessar por fontes do cotidiano escolar e pelos discursos dos grupos que ali atuaram, valorizando os vestígios das experiências locais e a heterogeneidade de seus discursos (Rios, 2015).

Para essa concepção de pesquisa, a relevância da preservação dos acervos escolares está no fato de compreender que para avançar na produção historiográfica da Educação

(Matemática) é preciso estudar o que ocorre no interior das diferentes instituições escolares, já que são consideradas como:

[...] estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola. (Mogarro, 2005, p. 79)

Mesmo diante dos mencionados avanços conceituais e da ampliação do interesse da pesquisa científica pelos vestígios das experiências escolares, isso não tem sido suficiente para a construção de políticas de memória que preservem e valorizem a diversidade da experiência educacional e cultural a partir do cuidado com os acervos institucionais. Segundo Ruckstadter e Tanno (2016), é fato que alguns estados brasileiros têm tombado escolas centenárias e de maior prestígio, contudo, “se trata prioritariamente de uma política de preservação do patrimônio arquitetônico, e poucas são as iniciativas de preservação do patrimônio documental relativo à cultura escolar” (Ruckstadter & Tanno, 2016, p. 2).

Ademais, acompanha-se no país a intensificação de uma lógica em torno da padronização do ensino em que fica de fora o debate em torno da diversidade, ao avançar na direção da uniformização dos currículos, e tendo mais recentemente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma ferramenta para isso, articulada ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e aos sistemas de avaliação (Búrigo, 2019), explicitando o quanto “[...] a produção e implementação das políticas educacionais é marcada, então, pela disputa dos recursos públicos, pelas tensões entre interesses públicos e privados, pelas tensões entre a valorização da diversidade e as pressões na direção da padronização da educação escolar” (Búrigo, 2019, p. xi).

Essa disputa ajuda a explicar o desinteresse sistemático em implementar no país políticas públicas educacionais que valorizem a diversidade cultural escolar, o que contrariaria interesses do mercado sobre a educação pública, pressão que não tem sido experimentada exclusivamente pelo Brasil.

Desde la privatización de la educación básica y media y el cada vez mayor avance de las lógicas de mercado sobre la universidad, los bienes culturales se mercantilizan despojados de sus sentidos políticos y sociales, los derechos trasmutan en productos. Este es el escenario, por demás preocupante, donde pensamos el valor de los archivos en relación al patrimonio y sus vinculaciones con el sostenimiento y ejercicio pleno de los derechos políticos y sociales y, en última instancia, con los derechos humanos vinculados al uso, transmisión y disponibilidad del conocimiento (Bianculli, Suárez, Aguilera & Madroñal, 2018, p. 5).

Olhar para a experiência de outro país cujo lugar da identidade nacional e a memória coletiva venham sendo pautados nas políticas educacionais, apesar de lidarem com pressões semelhantes às que temos enfrentado, possibilita-nos problematizar essa escolha pelo esvaziamento da memória escolar no país e a que se presta a homogeneização da educação dos últimos anos.

Considero essa reflexão tomando questões postas a respeito de direito à memória e à cultura, relativas a um contexto amplo:

Como se pode falar de direito à cultura e direito à memória se não temos ferramentas que garantam a permanência e o registro da produção cultural e de memória acumulados? Numa perspectiva de busca a possíveis respostas para esta questão é que as políticas públicas são colocadas aqui como essas ferramentas, para se atingir a finalidade da garantia do direito à cultura e à memória, e ainda como o primeiro passo no caminho de se construir um quadro de valorização e democratização de processos de produção e manifestação cultural (Castro & Soares, 2018, p. 30).

Questões de natureza semelhantes são importantes para pensarmos qual o valor dos vestígios do fazer educacional, e para discutirmos, a partir deles, a riqueza da diversidade sociocultural existente nas muitas e variadas experiências escolares, reconhecida nas interpretações múltiplas, e, por vezes, dissonantes, que resultam das experiências de implementação de propostas educacionais mais gerais, somente identificáveis pelo cruzamento entre fontes, documentais ou orais, relativas às experiências vividas nos contextos peculiares das instituições escolares.

Ansara (2012), ainda que não esteja se referindo especificamente às políticas de memória educacional, explica a relevância da preservação e acesso à memória heterogênea, quanto à produção de identificação com o passado por parte de um conjunto mais amplo e diversificado de atores não proeminentes,

[...] elemento fundamental e necessário à elaboração de políticas da memória que possam se contrapor a uma memória oficial e consensual que tende a apagar as lutas de resistência da nossa sociedade, impondo saberes e imaginários coletivos que acabam sendo assimilados pelos indivíduos negando a esses mesmos indivíduos e à sociedade, especialmente às classes populares, o direito ao passado (Ansara, 2012, p. 304).

Para o caso de interesse aqui, nesse grupo de personagens poderiam ser incluídos um número considerável de professores e agentes escolares que atuam nas escolas públicas espalhadas pelo país, cujas experiências não necessariamente coincidem com a memória coletiva identificada a uma educação homogênea, e que se produz prioritariamente a partir dos discursos dos propositores e líderes educacionais.

Antes de partirmos para a discussão sobre políticas de memória educacional argentinas, cabe esclarecer que não se está negando que no Brasil haja iniciativas de cuidado com acervos históricos escolares, comprometidas com a preservação e organização sistemática de vestígios ligados às práticas educativas, mas essas, em sua maioria, funcionam especialmente no âmbito de universidades públicas⁵, e de alguns museus escolares, mantidos por iniciativa das próprias instituições, públicas ou privadas⁶, mas não se configurando como políticas públicas de memória educacional⁷.

Além disso, como indicação da pujança da produção historiográfica, a partir de vestígios das práticas escolares e do reconhecimento da importância de se preservar esses acervos, conta-se com um número considerável de projetos coordenados por pesquisadores da História da Educação e da Educação Matemática, na direção de colaborar com a preservação documental e produção de acervos digitais, dentre os quais destaco o “repositório do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT) que, alocado na Universidade Federal de Santa Catarina, tem oferecido ao público um conjunto considerável de documentos escolares em sua versão digital” (Rios & Moreira, 2021, p. 10).

2. UMA APROXIMAÇÃO COM POLÍTICAS DE MEMÓRIA ESCOLAR NA ARGENTINA

As primeiras menções que localizei a respeito de políticas públicas de memória educacional na Argentina remetem ao final do século XIX, começando com uma notícia de uma conferência intitulada “El Museo Escolar Argentino”⁸, no periódico educacional “El Monitor de Educación Común”⁹, proferida pelo professor Pedro Scalabrini, no dia 13 de outubro de 1894.

⁵ São exemplos dessas iniciativas o Museu da Escola Catarinense, ligado à Universidade do Estado de Santa Catarina (UNESC). Cf.: <http://www1.udesc.br/museudaescola>; e o Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Cf.: <http://www2.uesb.br/museupedagogico/>.

⁶ Exemplo disso é o Museu do Colégio Municipal Pelotense, cadastrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN], no Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM], (2011).

⁷ Uma exceção é o Centro de Memória e Acervo Histórico do Centro de Referência em Educação Mário Covas, ligado à SEDUC/SP, que tem o objetivo, entre outros, de fornecer apoio técnico e metodológico para o desenvolvimento de projetos de preservação da memória e do patrimônio histórico das escolas da rede estadual paulista. No site constam algumas informações de acervos escolares, vídeos e imagens ligados ao Centro. Cf.: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/memorial.php>

⁸ Disponível em: <http://repositorio.educacion.gov.ar/dspace/handle/123456789/101623>

⁹ Um conjunto considerável de artigos do periódico “El Monitor de la Educación Común”, fundado em 1881, está disponível, em versão digital, no repositório digital del Ministerio de Educación y Deportes da Argentina, coordenado e administrado pela Biblioteca Nacional de Maestras y Maestros. Disponível em:

Também merece destaque outra menção bastante antiga ligada às políticas de memória, o artigo “El Archivo Escolar Y La Escuela Activa”, no qual se defende a associação entre a Escola Nova e a constituição de acervos institucionais, por considerar sua função pedagógica, remetendo às experiências alemãs e suíças¹⁰.

Sem pretender uma discussão sobre o currículo escolar argentino ou um levantamento sistemático da história das políticas públicas da memória educacional daquele país, pode-se já com essas duas menções notar que não se trata de uma iniciativa recente considerar relevante a preservação dos vestígios das práticas educativas, e reconhecer que esses materiais podem desempenhar um papel importante no funcionamento da própria instituição escolar. Inclusive, no caso da Argentina, o interesse por políticas de memória não é uma exclusividade da memória educativa, mas uma marca da cultura nacional de valorização da memória, como parte de sua cultura de cuidado com sua memória política.

Um demarcador importante das políticas de memória educacional argentinas contemporâneas foi a sanção, em 2006, da Lei Nacional de Educación, nº 26.206, que, além de estabelecer uma série de prescrições sobre o funcionamento da educação no país, de modo mais geral, em seu art. 92, assumiu um compromisso educacional com a memória política recente, especialmente ligada à ditadura militar, e ao que considerou como terrorismo de Estado, compreendendo o papel que a defesa dessa memória tem para a formação cidadã, em decorrência da produção de reflexões e sentimentos democráticos e de defesa do Estado de Direito nos educandos (Argentina, 2006), ainda que haja críticas quanto aos avanços esperados para essa inclusão no sistema educacional (González, 2014).

Como exemplo das políticas públicas de memória educativa existentes¹¹ na Argentina, de caráter nacional, abordarei aqui, como já mencionado, o “*Programa Nacional de Archivos Escolares y Museos Históricos*” (PNAEMH), constituído em 2013 (Argentina, 2013), a partir da fusão do “*Programa Nacional de Archivos Escolares*” e dos projetos “*Fuentes Escolares de la Cultura Escolar*” e “*Proyecto de Museos Escolares*”, todos de 2007¹².

<http://repositorio.educacion.gov.ar/dspace/handle/123456789/97346> Acesso ago 2021. A coleção do periódico pode ser acessada no catálogo da biblioteca virtual da BNM. Disponível em: <http://www.bnm.me.gov.ar/catalogos/> Acesso ago. 2021.

¹⁰ Disponível em: <http://repositorio.educacion.gov.ar/dspace/handle/123456789/109534>. Acesso em 23 de jan. 2022.

¹¹ Apesar de não ser foco deste trabalho por não ter uma abrangência nacional, é preciso destacar a existência de um projeto financiado pelo *Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires*, existente desde 2008, o Programa “*Huellas de la Escuela: legado de la historia educativa de la ciudad de Buenos Aires*”, que assume semelhante função de preservação e promoção da história e da memória institucional de várias instituições escolares de Buenos Aires, além de estimular e promover formações para educadores e outros agentes educacionais e alunos a respeito do tratamento dos objetos e acervos escolares existentes. Para mais, ver: <https://www.buenosaires.gob.ar/educacion/gestion-cultural/huellas-de-la-escuela>. Como parte de uma aproximação do projeto de posdoc que desenvolvi na Universidad de Buenos Aires e o *Programa Huellas de la Escuela* se realizou em setembro de 2021 a “I Jornada Historia de la Educación Matemática y los Archivos Escolares de Argentina y Brasil” Cf.: <https://www.buenosaires.gob.ar/educacion/gestion-cultural/huellas-de-la-escuela/noticias/primera-jornada-historia-de-la-educacion>

¹² Para mais informações: http://www.bnm.me.gov.ar/proyectos/medar/archivos_escolares.php

Desde a criação, o Programa tem promovido atividades de pesquisa, promoção acadêmica, capacitação da equipe e qualificação dos fundos documentais existentes nas escolas envolvidas, distribuídas em oito eixos de trabalho: educativo, patrimonial, de conservação, arquivístico, museal, tecnológico, de investigação e de qualidade institucional (Argentina, s/d).

Seu antecessor, o “*Programa Nacional de Archivos Escolares*” (PNAE), foi criado vinculado à *Biblioteca Nacional de Maestras y Maestros* (BNM)¹³, no âmbito do Projeto Memoria e Historia de la Educación Argentina (MEHDAR)¹⁴, e visava valorizar os arquivos escolares e salvar do esquecimento as experiências educativas, por se reconhecer a “importancia [de] promover y constituir acervos documentales pedagógicos cuidando la organización, conservación y difusión de su contenido en la comunidad educativa” (Argentina, 2007, p. 2) e tendo os acervos das escolas como chave para isso. Além do mais, o Programa tinha como pressuposto que

[...] se debe gestar conciencia en los miembros de la comunidad educativa acerca de la importancia de la preservación de los documentos históricos de la escuela para asegurar su acceso como fuentes del conocimiento presente y futuro impulsando y desarrollando acciones de investigación y de formación (Argentina, 2007, p. 1).

O manejo sistemático, atento e respeitoso dos vestígios das práticas educativas e, inclusive, o fato de incluir ativamente os agentes educativos nesses processos, como proposto pelo PNAE, dialoga bem com a posição de Escolano Benito (2010) em defesa do patrimônio material escolar, com a qual a proposta apresentada tem bastante afinidade:

La reconstrucción y exhibición pública de los elementos del patrimonio histórico-educativo han de ir guiadas del *ethos* exigible a toda política de memoria inteligente y justa, la que se orienta a la interpretación de la cultura y a la educación histórica de la ciudadanía y de los actores que intervienen en la educación” (Escolano Benito, 2010, p. 14).

Uma demarcação política que põe a memória institucional escolar como um componente a ser celebrado e vivido no interior das escolas a assume como um meio de integração e fortalecimento de laços entre os atores sociais ali envolvidos, de valorização da cultura escolar, com suas práticas cotidianas, e, ainda, reconhece a potência do conjunto de vestígios dessas práticas para a compreensão dos mecanismos de assimilação e aculturação escolar para além daquilo que tem sido possível, a partir dos discursos oficiais e públicos: deles pode-se produzir

¹³ Fundada em 1870, como parte do Departamento de Instrucción Pública”, assumiu diferentes denominações ao longo de sua existência, como “Biblioteca y Reparto de Libros”, “Biblioteca Nacional del Docente y del Estudiante Argentino”, “Biblioteca del Maestro” e “Biblioteca Nacional de Maestros”. Em 2021, como um ato virtual de memória e reconhecimento da importância das mulheres na história da educação do país, a biblioteca foi renomeada como “Biblioteca Nacional de Maestras y Maestros”. Ver: <http://www.bnm.me.gov.ar/novedades/?p=33203>

¹⁴ O programa tem como antecedentes os programas “Historia de la Educación Argentina” (HEA) e “Memoria de la Educación Argentina” (MEDAR).

análises desses processos a partir das experiências de sujeitos comuns e anônimos, cujas perspectivas ocupam, em grande medida, pouca centralidade na construção das explicações historiográficas sobre os processos educacionais (Rios & Pereira, 2021).

Nesse sentido, pode-se explicar a constituição de uma série de ações e projetos, a partir da lei nº 26.917, “Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares y Unidades de Información Educativas”, promulgada em 2014, tendo a BNM como gestora das políticas de memória educativa, ligadas ao Ministerio de Educación de la Nación (Argentina, 2014). Essas iniciativas se articulam em quatro *Redes Federales*, e preservam, gerenciam e disponibilizam informações relativas a práticas do presente e do passado das instituições escolares, o “Programa Bibliotecas Escolares e Especializadas da República Argentina” (BERA), a “Red Nacional de Bibliotecas Pedagógicas”, o “Sistema Nacional de Información Educativa” (SNIE) e o “Programa Nacional de Archivos Escolares y Museos Históricos de Educación (PNAEMH)”, ao qual compete, ainda que não exclusivamente, maior ênfase na proposição de ações de tratamento e preservação dos acervos escolares.

Para a implementação do Programa de Archivos Escolares y Museos Históricos de Educación (PAEMHE), definiu-se a necessidade de estabelecimento de convênios com as províncias argentinas que produzem normativas complementares para atender à normativa federal.

Atualmente, no site do Programa, pode-se acessar a indicação dos 111 arquivos escolares ou museus pedagógicos, distribuídos em 21 jurisdições espalhadas pelo país.

Quadro 1: Escolas-Piloto alcançadas pelo PAEMHE

Jurisdições	Total
Buenos Aires	16
Ciudad Autónoma de Buenos Aires	9
Catamarca	1
Chaco	31
Córdoba	6
Corrientes	2
Entre Ríos	7
Jujuy	1
La Pampa	1
La Rioja	4
Mendoza	2
Misiones	1
Neuquén	2
Río Negro	1
Salta	11
San Juan	3
San Luis	1
Santa Cruz	2
Santa Fe	6
Santiago del Estero	1
Tierra del Fuego	2
Tucumán	1
Total	111

Fonte: adaptação de quadro *Escuelas Piloto*, site do PAEMHE¹⁵.

A partir do referido site, é possível acessar um breve histórico de vários dos arquivos escolares ou museus históricos da educação participantes, como são chamados aqueles que não estão ligados a uma instituição escolar específica, além da indicação dos profissionais responsáveis institucionalmente pelo Programa e algumas fotos do trabalho que vem sendo feito para implementar a proposta nessas instituições-piloto.

Mais que apresentar um inventário de ações específicas do PNAEMH, quero trazer algumas reflexões sobre aspectos dessas políticas públicas de memória educacional que atribuem aos arquivos históricos a função de *Lugares de Memória* (Nora, 1993), fortalecendo os vínculos da instituição escolar com a comunidade em que está inserida.

A primeira coisa a destacar é a importância que a biblioteca escolar assume na implementação das *Redes Federales*, para além da função que desempenham nos processos de tratamento e guarda dos acervos históricos das instituições, funcionando como um espaço de

¹⁵ Ver: http://www.bnm.me.gov.ar/redes_federales/bibliotecas_pedagogicas/pais/index.php.

construção de conhecimento e socialização de conteúdos culturais para os alunos, para além das salas de aula. Isso, por se entender:

[...] la biblioteca como gestora integral de la información y el conocimiento en la escuela, como espacio activo de la memoria institucional y de la comunidad. También como formadora de futuros ciudadanos, comprometidos con la lectura y el conocimiento, respetuosos de la diversidad y solidarios con la inclusión de sus prójimos (Argentina, 2012a, p. 5).

Tem-se aí uma expressiva distinção do que se tem praticado no Brasil em relação, inclusive, ao investimento que as bibliotecas escolares têm recebido. Um exemplo disso é que, apesar de promulgada há mais de dez anos, ainda não é efetiva a lei nº 12.244 que prevê a atuação de um bibliotecário devidamente formado nas bibliotecas de todas as instituições escolares do país (Brasil, 2010).

No caso argentino, igualmente à experiência brasileira, não se tem a presença de um bacharel em biblioteconomia em cada biblioteca escolar e nos acervos históricos. Ainda assim, há uma compreensão distinta sobre a importância desses espaços e a gestão deles conta com a colaboração de diferentes grupos de interessados na memória institucional, pais, professores, gestores e alunos, tendo na BNM, a partir de programas e projetos existentes, um suporte técnico para o cumprimento das diferentes funções assumidas no processo educativo. Ademais, essa cultura de valorização da memória escolar acaba por definir uma rede colaborativa entre bibliotecas escolares¹⁶, visando maior efetivação do compromisso com a memória escolar, que extrapola a função de “ordenar papeles” (Bianculli, Suárez, Aguilera & Madroñal, 2018, p. 2).

Ao compartilharem reflexões decorrentes da experiência de atuarem em projetos de constituição de acervos escolares, e produção de um acervo digital a partir deles, Bianculli *et al.* (2018) contam a respeito do quanto uma perspectiva colaborativa foi crucial para o êxito que obtiveram, estabelecendo diálogos, trocas e parcerias com diferentes projetos de preservação, inclusive, com iniciativas ligadas a um programa chileno.

Es importante mencionar, que se recibió asesoramiento del programa Memoria de la Educación Argentina (MEDAR) gestionado por la Biblioteca Nacional del Maestro dependiente del Ministerio de Educación y Deportes de la Nación a través del Centro de Documentación e Información Educativa (CENDIE) y el Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires. Asimismo se han entablado diálogos con otras instituciones que han construido y consolidado sus archivos escolares como Escuela Normal de Quilmes, Escuela Normal Mariano Acosta, el Colegio Ward y la Escuela Normal Popular de Viedma como con el Programa de Chile

¹⁶ O papel desempenhado pelas bibliotecas escolares na valorização da memória histórica da comunidade da qual faz parte, além do seu compromisso com a inclusão social, se evidencia na publicação relacionada ao “Premio Nacional a las Bibliotecas Escolares”, concurso realizado em 2011 entre outras ações comemorativas do Bicentenário da República Argentina, ocorrida em 2010, quando mais de 900 instituições escolares enviaram relatos de suas experiências. Trata-se de um conjunto interessante e muito diversificado de projetos que foram executados, em sua maioria de escolas estatais, em defesa e valorização da identidade coletiva local, em que se nota o apoio da comunidade escolar articulado com investimentos e o estímulo de políticas públicas (Argentina, 2012a).

“Memorias del Siglo XX”. Este escenario regional, sumado a nuestro trabajo nos empuja a soñar con una futura cartografía de archivos escolares de lo que hemos dado en llamar *escuelas con archivo* (Bianculli *et al.*, 2018, p. 4).

Ou seja, não se trata de considerar que a consolidação de uma política de memória educativa possa se estabelecer dependendo exclusivamente de uma proposição e financiamento do Estado, mas, uma vez que esses investimentos existam, para que sejam efetivos, será preciso constituir uma cultura de valorização da memória escolar. Pelo que se pode notar, no caso da Argentina, essa cultura vem sendo construída ao longo dos anos em que já se reconhece a relevância da preservação dos acervos escolares e tem se contado com as bibliotecas escolares como importantes aliados.

A extrapolação de funções mais reconhecidamente atribuídas à biblioteca escolar no Brasil é algo bastante marcante nas recentes políticas públicas educativas da Argentina, impulsionando a criação do Programa BERA, já mencionado. No entanto, o reconhecimento da importância dessa instância educacional na defesa da valorização da cultura escolar local e da memória institucional, não chega a ser novidade no país, exceto pelo estabelecimento de uma política pública que oferecesse aportes financeiros mais significativos para sua implementação, diferente de proposições anteriores que, apesar de declararem o reconhecimento de sua importância, não chegaram a realizar um investimento mais efetivo (Argentina, 2011).

De outra parte, não se pode ignorar que essa cultura do valor da memória educativa acompanha uma tradição muito forte na Argentina, que diz respeito a uma política de memória consistente e vigorosa, que enfatiza, no âmbito da história recente do país, temas relacionados à ditadura e à repressão, associadas às práticas públicas de reparação de injustiças e violências do passado.

Essa tradição, associada ao esforço para que a educação esteja conectada com a memória da experiência social recente, explicado por Finocchio (2009 *apud* González, 2014) como “enseñar para la memoria”, pode ajudar a explicar as relativas condições favoráveis para que programas de preservação documental se consolidem no interior das instituições escolares, encontrando sensibilidade entre docentes e outros profissionais da educação para empreender essa colaboração, uma vez que o programa, como já explicado, não impõe uma participação de todas instituições.

Não foi possível, sem uma investigação *in loco*, realizar entrevistas e coletar dados que possibilitassem realizar uma análise mais crítica quanto aos investimentos e aportes tecnológicos e de pessoal que têm sido oferecidos pelo Estado. No entanto, pelo número de instituições participantes e pela breve menção de dois materiais produzidos em 2012,

associados a ações de tratamento e preservação de acervos escolares, se explicita o engajamento da comunidade escolar e seu papel essencial na viabilização das ações do programa no interior das instituições.

Trata-se de duas publicações, “La fotografía escolar como testimonio del pasado educativo para la construcción de un futuro: herramientas prácticas para su conservación y preservación” e “La Historia Oral”, produzidas pela BNM como um recurso de formação das equipes escolares do PNAE.

Desde la Biblioteca Nacional de Maestros se busca rescatar y construir la historia, prácticas y narrativas de la educación inicial, primaria, media y superior, por medio del asesoramiento para la creación de *museos y archivos de escuela* que contribuyan al conocimiento y a la investigación de la cultura escolar de nuestro país, y a la participación de los actores institucionales y comunitarios en su concepción, organización y gestión.(Argentina, 2012b, pp. 5-6).

Na publicação sobre a fotografia como um importante vestígio do passado educativo, se aborda a irrelevância desses documentos, seu tratamento, conservação e constituição de fundos fotográficos escolares, oferecendo, inclusive, orientações técnicas de conservação desse tipo de material. Sua produção, assim como dos outros “cuadernillos”, como essas publicações são carinhosamente chamadas, se justifica por colocar

a disposición de la comunidad educativa desde el area de conservación, archivística, museología, historia y pedagogía es que **se permite recobrar el valor de la historia de cada comunidad a partir de la recuperación de objetos y documentos de las escuelas, que permiten a los ciudadanos reflexionar en torno al legado histórico que las escuelas nos aportan** (Argentina, 2012b, p. 6) (grifo meu).

Destaca-se na apresentação da obra um elemento marcante dessa política de memória escolar, o interesse em recuperar e preservar a memória institucional e a identidade coletiva, a partir da participação direta dos protagonistas dos processos educacionais, que acontecem no interior de cada comunidade escolar. Essa perspectiva dialoga muito de perto com certas perspectivas da História Cultural, segundo as quais é importante a construção de narrativas historiográficas que considerem os participantes dos processos históricos a partir de suas próprias perspectivas e discursos (Pollak, 1989; 1992).

A segunda publicação que destaco aqui, “La Historia Oral”, produzida na sequência daquele que discute a fotografia escolar como testemunho do passado educativo, é ainda mais expressiva quanto à defesa da relevância dos vestígios que possibilitem reflexões sobre a História da Educação Argentina, a partir das memórias dos diferentes grupos que a compuseram, marcadas pela peculiaridade cultural e social da instituição escolar a que se

referem, reconhecendo a possibilidade deles colaborarem especialmente com a escrita historiográfica relativa à escola do século XX (Argentina, 2012c).

Se trata de poner en valor y socializar recuerdos que colaboren en la construcción de memorias colectivas, en el convencimiento de que las evocaciones no son constructos individuales sino que comparten marcos de referencia, experiencias e ideas resultantes de una cultura de época [...] Con el material recogido, es posible generar un lugar de trabajo – archivo, repositorio - depositario de registros de memoria social esparcidos en tiempo y espacio, procedentes de distintos contextos generacionales, geográficos y culturales, conformados por contenidos que “retratan” experiencias compartidas a la vez que permitirán que muchos sujetos se sientan “retratados” por la narrativa (Argentina, 2012c, p. 8).

Além disso, ao admitir a importância das fontes orais dos personagens ligados à experiência escolar, não apenas no caso dos personagens proeminentes, tem-se, particularmente, um avanço ainda maior na política pública na direção de contemplar a memória heterogênea, a memória particular e a produção de vestígios da experiência própria dos sujeitos no interior de suas instituições. Inclusive daqueles cuja conformação de poder não costuma permitir que sejam consideradas, contribuindo significativamente para uma abertura de um campo de possibilidades explicativas do passado que podem passar a ser incluídas na produção historiográfica sobre esses processos educacionais mais amplos (Rios & Pereira, 2021).

Al ubicar a los miembros de la comunidad educativa como voceros de las tradiciones en las escuelas comunes, institutos de formación docente, departamentos de aplicación y otros establecimientos educativos se suman informaciones e interpretaciones sobre sucesos que han dejado marcas especiales o sobre personajes que han sido protagonistas o testigos de producciones o eventos valiosos para la institución y para su entorno. En todos los casos se destaca la interacción entre el recuerdo de un hecho, su proposición expositiva y el impacto que produce tanto la autopercepción (por parte de quien narra) como la recepción de la narrativa, penetrando la madeja que se constituye entre relaciones y tensiones de hechos, relatos y prácticas, asumiendo que no hay prácticas ni estructuras institucionales y sociales que no produzcan representaciones contradictorias o por lo menos enfrentadas a partir de las que los individuos y los grupos dan sentidos al mundo que les es propio y a los contenidos que allí se producen y transmiten (Argentina, 2012c, p. 11).

Por fim, vale retomar uma marca já associada aos compromissos do PNAEMH, e que se explicita nesse material que visa fundamentar o trabalho das equipes institucionais do Programa: a preservação dos vestígios escolares que apresentem diferentes perspectivas sobre o cotidiano escolar, documentais ou orais, tem um compromisso que extrapola a valorização do passado escolar e da memória institucional, trata-se de um compromisso com o futuro da educação na instituição e no país, por assumir o valor dessa memória coletiva na formação cidadã (Argentina, 2012c).

Outras muitas reflexões poderiam ser feitas a partir de documentos produzidos pelas políticas públicas contemporâneas de memória educativa, mas excederiam uma provocação

inicial aqui pretendida: que revisão os interessados na cultura escolar e nas experiências educativas que aí se realizam, educadores, pesquisadores e comunidade em torno das instituições escolares precisam realizar a respeito da importância dos acervos escolares, dos objetivos e sentidos do preservar, na direção de se construir alternativas para lidar com os acervos escolares ante a inexistência de políticas públicas que reconheçam sua importância? E, ainda, uma vez convencidos da importância desses materiais, como poderíamos tensionar a esfera pública de modo a produzir políticas públicas distintas das que temos atualmente?

Longe de supor que as reflexões aqui apresentadas tenham a potência de reverter as condições atuais a que estão submetidos os acervos escolares, reconheço que precisamos seguir empreendendo esforços na direção de buscar alternativas comunitárias e locais para preencher a lacuna que tem se estabelecido no Brasil por falta de políticas públicas de memória, além de ampliar e dar visibilidade às iniciativas existentes, discutindo quanto aos resultados o que se tem conseguido auferir, não apenas para as pesquisas do campo da História da Educação e da Matemática, mas também para a valorização das experiências educacionais aí vivenciadas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação que foi possível realizar com políticas públicas de memória educativa argentina, aqui brevemente apresentada, aponta para uma diferença bastante significativa do que se tem experienciado no Brasil, no que se refere à concepção dos arquivos escolares e de sua importância para a produção historiográfica e para o presente e o futuro da educação, de maneira mais ampla.

Essa diferença talvez ajude a explicar a falta de políticas públicas de memória educativa no Brasil, que, exceto em casos excepcionais, encontra o cuidado com os acervos das instituições escolares assumido por iniciativas particulares das próprias instituições ou por resultado de parcerias dessas com universidades, especialmente as públicas.

Uma marca interessante que se destacou nessa aproximação foi o papel que vem sendo desempenhado pelas bibliotecas escolares na Argentina, enquanto espaço que extrapola a concepção mais tradicional que temos da atuação delas no país. Sou levado a supor que investimentos na revitalização desses espaços com a atribuição de outras funções educativas, associados à integração dos diferentes atores educativos, desde gestores, docentes, outros profissionais, pais de alunos, ex-professores e ex-alunos até a comunidade externa, pode representar, além de uma alternativa para melhor preservação dos acervos institucionais, a

possibilidade de ampliar o entendimento da cultura escolar e a integração da escola com a comunidade local à qual pertence.

A questão que mobilizou a busca por conhecer as políticas públicas de memória de nosso país vizinho, hoje se coloca de maneira muito mais ampla, e tem como parte de sua resposta o reconhecimento de que a existência de políticas dessa natureza no nosso país só será possível caso se reverta o entendimento quanto à importância desses vestígios das práticas educativas, e, ainda, se faça um enfrentamento à tensão posta por interesses de mercado que defendem a padronização do currículo escolar, expresso, inclusive, na BNCC em voga no momento.

Sendo assim, o estudo realizado não possibilitou a identificação de alternativas simples à questão que enfrentamos, em função das condições práticas postas à educação no país, indicando muito mais que outras lógicas são possíveis, e podem trazer retornos objetivos para a experiência educativa e seu compromisso com uma formação cidadã, que respeite e valorize as especificidades socioculturais manifestadas nas práticas escolares.

Por fim, o estudo empreendido das políticas públicas de memória argentinas existentes, aqui brevemente apresentadas, que tratam o patrimônio cultural escolar de modo muito distinto do brasileiro, poderia ainda funcionar como um contraponto interessante, e nos levar a reivindicar mais fortemente a diversidade sociocultural tão marcante no Brasil, assim como na Argentina, nosso país vizinho.

REFERÊNCIAS

- Argentina. Biblioteca Nacional de Maestros. (2011). *Una Política Pública para las Bibliotecas del Sistema Educativo. Programa Bibliotecas Escolares y Especializadas de la República Argentina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CABA.
- Argentina. Biblioteca Nacional de Maestros. (2012a). *Experiencias en Bibliotecas: memoria, identidad e inclusión en bibliotecas escolares argentinas*. Programa Bibliotecas Escolares y Especializadas de la República Argentina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CABA.
- Argentina. Biblioteca Nacional de Maestros. (2012b). *La Fotografía Escolar como Testimonio del Pasado Educativo para la Construcción de un Futuro: herramientas prácticas para su conservación y preservación*. Programa Memoria de la Educación Argentina (Medar), Proyecto de Conservación. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CABA.
- Argentina. Biblioteca Nacional de Maestros. (2012c). *La Historia Oral*. Programa Memoria de la Educación Argentina (MEDAR), Proyecto Narrativas Escolares. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CABA.
- Argentina. Biblioteca Nacional de Maestros. *Archivos Escolares y Museos Históricos de Educación*. s/d. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CABA. Disponível em

<http://www.bnm.me.gov.ar/redes_federales/archivos/institucional/>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

- Argentina. *Ley de Educación Nacional*, n°. 26.206, de 14 de dezembro de 2006. (2006). Regulamenta sobre a educação nacional. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CABA.
- Argentina. *Resolución n°. 1.422 “Programa Nacional de Archivos Escolares”*, de 20 de setembro de 2007. (2007). Cria e estabelece as funções do Programa Nacional de Archivos Escolares. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CABA.
- Argentina. *Resolución Ministerial n°. 717 “Programa Nacional de Archivos Escolares y Museos Históricos de Educación”*, de 16 de abril de 2013. (2013). Amplia o Programa Nacional de Archivos Escolares. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CABA.
- Argentina. *Ley n°. 26.917 “Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares y Unidades de Información Educativas”*, de 27 de novembro de 2013. (2014). Cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares e Unidades Educativas de Informação, atendendo ao definido na Lei Nacional da Educação. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CABA.
- Ansara, S. (2012). Políticas de Memória X Políticas do Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Revista Psicología Política*, 12(24), 297-311.
- Bianculli, K.; Suárez, S.; Aguilera, R. & Madroñal, C. (2018). Los Archivos Escolares: pequeños grandes mundos de conocimiento. Una mirada sobre la producción colaborativa del conocimiento y el patrimonio cultural en la era digital. In: Anales de la 47ª Jornadas Argentinas de Informática; Simposio Argentino de Tecnología y Sociedad; (pp. 1-9). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CABA.
- Brasil. *Lei n° 12.244*, de 24 de maio de 2010. (2010). Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF.
- Búrigo, E. Z. (2019). A Sociedade Brasileira de Educação Matemática e as Políticas Educacionais. *Boletim de Educação Matemática*, 33(64), vii-xxvi.
- Castro, F. S. R. & Soares, O. J. (2018). Políticas públicas: garantia do direito à cultura e à memória. *Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle*, (30), 29-42.
- Escolano Benito, A. (2010). Patrimonio Material de la Escuela e Historia Cultural. *Revista Linhas*, 11(2), 13-28.
- González, M. P. (2014). *Educación y Memoria en Argentina*. (v. 8, Documento de Trabajo, 207). Lima, Peru: IEP.
- Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM]. (2011). *Guia dos Museus Brasileiros/Instituto Brasileiro de Museus*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus.
- Mogarro, M. J. (2005). Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*, 5(10), 75-99.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: História & Cultura*. 10, 7-28.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Revista Estudos históricos*. 5(10), 3-15.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos históricos*. 2(3), 3-15.
- Ragazzini, D. (2001). Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? *Educar em Revista*, 17(18), 13-28.

- Rios, D. F. (2015). Contribuições dos Lugares de Memória para a Formação de Professores de Matemática. *Acta Scientiae*. 17(4), Edição Especial, 5-23.
- Rios, D. F. & Moreira L. L. (2021). Acervos Escolares e a Pesquisa em História da Educação Matemática. *Educação & Realidade*, 46(2) e112059, 1-19.
- Rios, D. F. & Pereira, M. V. (2021). O Valor da Narrativa dos Infames para a História da Educação. *Revista História da Educação* (Online), 25 (e104118), 1-29.
- Rios, D. F. & Rodrigues, J. M. (2020). Para Guardar o que quer que se Guarde: dos acervos escolares à construção de uma coleção digital. In: E. Z. Búrigo, A. Dalcin, C. M. S. S. Dynnikov, D. F. Rios & M. C. B. Fischer (Org.). *Saberes Matemáticos nas Escolas Normais do Rio Grande do Sul (1889-1970)*. (1. ed., pp. 69-90). São Leopoldo, RS: Oikos.
- Ruckstadter, V. C. M. & Tanno, J. L. (2016). Patrimônio documental, arquivos escolares e memórias. In: Anais do Seminário Nacional do Centro de Memória – Unicamp: Memória e Acervos Documentais. O Arquivo como Espaço Produtor de Conhecimento (pp. 1-15). Campinas, SP.
- Silva, A. L. & Orlando, E. A. (2019). Memória e Patrimônio na História da Educação: possibilidades e desafios. *Cadernos de História da Educação*, 18(2), 425-444.
- Souza, R. F. (2013). Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. *Revista Linhas*, 14(26), 199-221.
- Vidal, D. G. (2005). Cultura e Práticas Escolares: Uma Reflexão sobre Documentos e Arquivos Escolares. In: R. F. Souza & V. T. Valdemarin (Org.). *A Cultura Escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. (1. ed., pp. 3-30). Campinas, SP: Autores Associados.